

INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO: A presença da Bunge na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - MG

Natália Lorena Campos¹
João Cleps Junior²

Resumo

O presente artigo traz o debate da internacionalização do setor sucroenergético com o intuito de compreendê-la, sobretudo em Minas Gerais, bem como a configuração e a expansão do capital internacional nas empresas brasileiras do setor. A presença de grupos estrangeiros aumentou durante a década de 2000 em todo país, o que não foi diferente em Minas Gerais, estado que concentra aproximadamente 35 usinas instaladas, sendo um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do país. Nossa análise envolve a presença da multinacional Bunge, grupo holandês com maior número de usinas na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O grupo possui participação em três usinas na região, sendo uma no município de Frutal, uma em Itapagipe e outra em Santa Juliana. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é compreender o cenário da internacionalização do setor sucroenergético e seus efeitos na reorganização da atividade canavieira de Minas Gerais. Tomando como objeto a Bunge, queremos demonstrar como esses grupos atuam e os principais interesses no setor sucroenergético brasileiro.

Palavras-chave: Internacionalização, Setor Sucroenergético, Bunge.

Introdução

O debate relativo à internacionalização do setor sucroenergético entra em discussão, sobretudo, quando diz respeito à recuperação do setor diante das recorrentes crises enfrentadas ao longo dos anos. O processo de globalização foi determinante para a entrada de novos capitais no setor, e com as crises ocorridas, grupos de diferentes regiões do país aproveitaram o momento de fragilidade para apoderar-se de usinas no país. Essa condição foi importante para a entrada do capital internacional. A política neoliberal adotada pelo Estado ampliou a abertura ao capital externo, chegando às agroindústrias canavieiras com intensificação no início da década de 2000, evidenciando as discussões sobre a internacionalização do setor sucroenergético.

O que facilitou a entrada do capital externo no país foi a descapitalização das usinas, sobretudo neste início de século. A “internacionalização” do capital no agronegócio canavieiro

¹ Doutoranda em Geografia (bolsista CAPES) da Universidade Federal de Uberlândia – natizinhacampos@yahoo.com.br

² Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia – jcleps@ufu.br

é uma tendência que está ocorrendo cada vez mais frequente, principalmente após a crise de 2008. A redução de crédito para o setor fez com que ocorressem fusões e internacionalizações, a fim de suprir o aumento na demanda doméstica pelo etanol. Nesse sentido, o papel do capital financeiro e das empresas multinacionais no agronegócio canavieiro ajudou o setor a enfrentar a crise com investimento de novos ativos.

A abertura ao capital externo no país trouxe consigo a presença de grupos empresariais atuantes em diversos segmentos do agronegócio. Essas empresas geralmente entram no setor por meio de fusões com empresas brasileiras, e acabam o controlando com maior participação acionária, e assim, impondo sua lógica de produção. Dentre os principais grupos estão a Raízen (Brasil-Inglaterra- Holanda), Tereos Internacional (França), LDC - Louis Dreyfus Commodities Company (França), ADM (Estados Unidos), Bunge (Holanda), entre outras. Essas empresas incorporam diversos segmentos do agronegócio, alimentos, bioenergia e estão pautadas em grande aparato tecnológico e capital.

Em Minas Gerais, este processo de expansão decorre da migração do capital nordestino com a presença de grupos tradicionais, e posteriormente, a migração do capital paulista trouxe nova configuração às usinas mineiras durante a década de 1990. Além disso, a presença do capital externo nas unidades produtivas de Minas Gerais tem avançado a partir do final da década de 1990 (em particular a partir de meados desta primeira década do século XXI), seja no comando ou com participação acionária nas empresas do setor, com destaque para grupos americanos, ingleses, franceses, argentinos e holandeses.

Diante o exposto, este texto tem o intuito de discutir as estratégias de reprodução do capital sucroenergético, sobretudo, do Grupo Bunge, que apesar de atuar no setor agrícola e na indústria química e petroquímica, em Minas Gerais atua em três usinas de cana-de-açúcar. A Bunge começa a atuar em Minas Gerais a partir da crise de 2008, com a aquisição de Usinas de um Grupo paulista. Por isso, acreditamos que analisar as estratégias desta empresa no setor permite compreender às lógicas subjacentes a internacionalização do capital.

Partiremos da análise sobre a internacionalização do capital, sua natureza e características, a fim de compreender o cenário em pauta na discussão e os interesses por detrás da abertura ao capital externo, e em especial analisar o processo de internacionalização das empresas e regionalização dos capitais. Identificaremos os principais atores envolvidos (os grupos estrangeiros) em Minas Gerais, tendo como foco para essa análise, a Bunge e suas unidades produtivas no estado. Utilizaremos dados de fontes secundárias que permitirão analisar as informações referentes ao setor

sucroenergético no estado de Minas Gerais, a fim de comprovar as hipóteses e justificativas do trabalho, além de consulta em materiais relacionados à Bunge.

Investimentos estrangeiros em Minas Gerais - mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: os grupos envolvidos

As transformações capitalistas no campo brasileiro unificaram o capital industrial ao capital financeiro, o proprietário de terras e o capitalista da agricultura em uma só figura, empresa ou nome. Como exemplo disso, temos a fusão da produção de cana-de-açúcar com as usinas de açúcar ou destilarias de álcool, nas quais a industrialização e a agricultura são etapas de um mesmo processo. Diante a desregulamentação do setor sucroenergético na década de 1980, onde a intervenção estatal era dominante e os subsídios às usinas foram cortados, o setor precisou se reestruturar e buscar novos investimentos. O ano de 1995 marcou o início da desregulamentação do mercado brasileiro de açúcar e álcool. Foi nesse período, marcado por fusões e aquisições de empresas, que teve início os investimentos estrangeiros na atividade canavieira no Brasil.

Este processo é acentuado a partir dos anos 2000, período em que o país estava passando por uma profunda e acelerada internacionalização de seus ativos e da produção (BENETTI, 2008). Em Minas Gerais, esse fato teve mais repercussão e intensificação a partir da crise financeira de 2008, momento em que se acentua o processo de internacionalização de capitais nas agroindústrias canavieiras.

A entrada dessas novas empresas foi facilitada pela crise mundial deflagrada em 2008, cujas consequências desestruturaram a organização do setor e impactaram diretamente a gestão e operação das usinas. As dificuldades estão relacionadas, principalmente, a: escassez de financiamento; elevado custo financeiro para investimentos; perdas cambiais e elevado endividamento de algumas usinas, principalmente daquelas que apostaram na grande demanda de etanol prevista em anos anteriores; e a diminuição das exportações de etanol em função da retração da demanda externa (VENCOVSKY, 2013, p. 52 apud GOES & MARRA, 2009; e CASTRO & DANTAS, 2009).

Como saída, o setor buscou se reestruturar financeira e societariamente. O papel do capital financeiro e das empresas multinacionais no agronegócio canavieiro ajudou o setor a enfrentar a crise. O Grupo Cosan é um exemplo da captação de recursos do mercado financeiro, além da presença de grupos estrangeiros como a British Petroleum (BP), a Archer Daniels Midland (ADM) e a Bunge. Neste processo, “a atuação dos fundos de investimento no setor

ocorre tanto através da aquisição completa de usinas quanto da associação ou fusão” (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2012, p. 38).

Segundo artigo do Relatório de Direitos Humanos (2012), a crescente participação de empresas multinacionais no setor gera maior concentração de capitais e, aparentemente, está relacionada com a busca por investimentos tidos como “saudáveis”, considerando-se uma suposta estabilidade no mercado de terras no Brasil. Porém, o movimento de concentração de capitais decorre da própria crise econômica mundial.

Com a crise, o setor precisou se reorganizar e buscar no planejamento estratégico setorial uma visão de longo prazo que determinasse as competências essenciais que mereçam investimentos. Algumas medidas estão sendo criadas pelo Estado a fim de superar a crise financeira, como a “fusão de grupos empresariais, visando à capitalização e o escalonamento das dívidas num horizonte de longo prazo já está acontecendo entre grupos nacionais e estrangeiros” (GOES; MARRA, 2009, p. 4). O momento de crise enfrentado pelo setor sucroenergético fez com que despertasse a atenção de investidores externos que estão altamente interessados e apostando na expansão internacional do etanol e que o setor sucroenergético vive um momento atípico.

Diante das crises ocorridas no setor na década de 2000, identificamos três fases recentes da expansão canavieira que criaram um ambiente favorável à consolidação do setor sucroenergético. “A primeira fase, com início no final de 2006, foi a das aquisições e fusões entre grupos tradicionais do setor sucroalcooleiro”. A segunda onda foi observada com as *tradings companies* investindo em grupos que sofreram com a crise de liquidez de 2008. Nessa fase foi verificada a mudança de estratégia de algumas empresas, redirecionando capital para a produção de açúcar e etanol em detrimento de outras operações consideradas tradicionais. A terceira fase, no período atual, é a das empresas de energia investindo em unidades produtoras de etanol e energia elétrica. Certamente, esse movimento vai alterar fortemente a atual estrutura da indústria (CLEPS JUNIOR, 2015).

Alguns fatores concorrem para este processo de internacionalização do capital. Entre eles, a redução de crédito para o setor fez com que ocorressem fusões e a internacionalização do setor a fim de suprir o aumento na demanda doméstica pelo etanol. Além das fusões entre empresas nacionais, empresas de capital estrangeiro estão investindo cada vez mais no setor sucroenergético brasileiro, concomitantemente na aquisição de terras.

A participação do capital estrangeiro nas unidades produtivas da agroindústria canavieira de Minas Gerais tem avançado a partir do final da década de 1990 (em particular a partir de meados desta primeira década do século XXI), seja no comando ou com participação acionária nas empresas do setor, com destaque para grupos americanos, ingleses, franceses, argentinos e ainda japoneses e chineses.

Considerando empiricamente o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, mesorregião que concentra grande parte das usinas do estado, é possível verificar a presença de grupos como a Adecoagro, de origem estadunidense e argentina que está presente em três usinas do país, uma em Minas Gerais e duas no Mato Grosso do Sul; a Archer Daniels Midland (ADM), de origem estadunidense e presente em uma usina no estado; a Biosev - Louis Dreyfuss Commodity (LDC), de origem francesa, é um dos grupos com maior representatividade no país, presente em treze unidades, sendo duas localizadas em Minas Gerais; a British Petroleum-BP que atua em três usinas no país, sendo uma em Minas Gerais e duas no estado de Goiás; a Dow Chemical, grupo de origem estadunidense, atua em uma unidade no estado; a Infinity Bio, de origem inglesa e com participação em seis usinas no país, nos estados do Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, onde possui duas unidades; e com presença significativa no estado de Minas Gerais, com participação em três usinas, temos a Bunge, de origem holandesa. Ela também atua nos estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Tocantins.

O Quadro 1 apresenta a configuração dos grupos estrangeiros presentes no estado. A partir dele e do levantamento de dados sobre os grupos e as usinas descritas, observamos que o cenário sofreu alterações recentes quanto a gerência de alguns grupos em determinadas usinas. Nos últimos cinco anos temos observado uma constante migração de capitais e gestão nas usinas, tanto pela maior participação do capital estrangeiro, quanto pela falência de empresas que estão em processo de recuperação judicial e ainda não foram atraídas por grupos estrangeiros. As usinas geridas pelos grupos ADM e Infinity Bio (destacadas no quadro 1) são exemplos no estado que passaram por mudança de gestão e falência recentemente, nos anos de 2016 e 2017.

Quadro 1: Grupos estrangeiros e a fusão/aquisição de unidades em Minas Gerais

GRUPO INVESTIDOR	USINA	MUNICÍPIO
------------------	-------	-----------

Adecoagro (EUA/Argentina)	Monte Alegre	Monte Belo
Bunge (Holanda)	Frutal Itapagipe Santa Juliana	Frutal Itapagipe Santa Juliana
Infinity Bio (Inglaterra)	Alcana – Nanuque CEPAR – São Sebastião do Paraíso	Nanuque São Sebastião do Paraíso
Louis Dreyfus Commodities (LDC), Biosev - Santa Elisa Vale (França)	BIOSEV – Lagoa da Prata	Lagoa da Prata
ADM (EUA)	Cabrera - Limeira do Oeste	Limeira do Oeste
British Petroleum (BP Biofuels – Inglaterra)	Ituiutaba	Ituiutaba
Dow Chemical Company (EUA)	Santa Vitória	Santa Vitória

**Fonte: Relatório Econômico – SIAMIG, 2009 – atualizado pela autora, 2017.
 Org.: CAMPOS, N. L., 2017.**

A usina Cabrera situada em Limeira do Oeste, por exemplo, tinha como responsável a multinacional ADM até o ano de 2016 quando foi vendida para Companhia Mineira de Açúcar e Álcool - CMAA. A usina foi fundada em 2008 pela ADM em parceria com o ex-ministro da Agricultura Antônio Cabrera. Segundo o site NovaCana, a usina teve venda anunciada em março de 2016 para a CMAA e as transações foram concluídas em julho de 2016, após a aprovação pelos órgãos reguladores. Já as usinas controladas pela Infinity Bio – Alcana e CEPAR encontram-se fechadas. O grupo Infinity estava em recuperação judicial desde 2009 com dívidas acumuladas no entorno de R\$ 2 bilhões e recentemente (julho de 2017) teve sua falência decretada. Suas usinas em Minas Gerais não operam desde a safra 2013/14. (NovaCana, 2017). As demais usinas controladas por grupos estrangeiros em Minas Gerais foram adquiridas por meio de aquisição, exceto a Bunge em Santa Juliana onde o processo de deu por meio de compra.

A Bunge no cenário global

A Bunge é uma empresa global integrada de agronegócio, alimentos e bioenergia, que opera em toda a cadeia produtiva. Fundada na Holanda por Johann Peter G. Bunge em 1818 para comercializar produtos importados das colônias e grãos. Em 1876, Ernest Bunge – neto do fundador, expande a empresa para a América Latina, estabelecendo-se primeiramente na Argentina em 1876. Sua chegada ao Brasil se dá em 1905 em Santos, associando-se a Sociedade

Anônima Moinho Santista. Desde então, a empresa vem atuando no agronegócio e nos alimentos, na produção de grãos e processamento de soja e trigo. No setor sucroenergético, a empresa iniciou sua atuação em 2006 e atualmente possui participação em 8 usinas no país, além de possuir mais de 100 instalações no Brasil, entre fábricas, usinas, moinhos, portos, centros de distribuição, silos e instalações portuárias.

Com uma visão global, a Bunge transfere sua sede para os Estados Unidos, a fim de ficar mais próxima dos centros financeiros mundiais. A Bunge Brasil pertence à holding Bunge Limited, fundada em 1818, com sede em White Plains, Nova York, EUA. Com a união da Santista e da Ceval, adquiridas pela Bunge, a empresa passa a operar com o nome Bunge Alimentos. Cria-se também a Bunge Fertilizantes através da junção da Manah, Iap e Ouro Verde, ambas no ano 2000.

Quadro 2: Unidades da Bunge por categorias e localização

Moinho de Grãos	Açúcar	Oleaginosas	Portos	Refinarias	Embalagem de Óleo	Escritórios
Suape - PE	Usina Pedro Afonso (Pedro Afonso-TO)	Uruçuí - PI	Barcarena - PA	Suape - PE	Suape - PE	São Paulo - SP
Brasília - DF	Usina Santa Juliana (Santa Juliana-MG)	LEM - BA	Miritituba - PA	LEM - BA	Luziânia - GO	
Santa Luzia - MG	Usina Frutal (Frutal-MG)	Nova Mutum - MT	Santos - SP	Luziânia - GO	Jaguaré - SP	
Contagem - MG	Usina Itapagipe (Itapagipe-MG)	Rondonópolis - MT	São Francisco - SC	Rondonópolis - MT	Gaspar - SC	
Tatuí - SP	Usina Ouroeste (Ouroeste-SP)	Luziânia - GO	Paranagua - PR	Jaguaré - SP		
Santos - SP	Usina Guariroba (Pontes Gestal-SP)	Dourados - MS	Rio Grande - RS	Gaspar - SC		
Rio Fluminense - RJ	Usina Moema (Orindiúva-SP)	Ponta Grossa - PR				
Ponta Grossa - PR	Usina Monte Verde (Ponta Porã - MS)	Rio Grande - RS				
Joinville - SC						

Fonte: Site da Bunge, 2017.
 Org.: CAMPOS, N. L., 2017.

No Brasil, a Bunge é considerada umas das maiores exportadoras no ramo agroalimentar do país, onde comercializa e processa grãos, tais como milho, soja e trigo, produz alimentos

(arroz, atomatados, azeite, farinha, maionese, margarinas, mistura para bolos e óleos). Também atua em serviços portuários e de logística, produz açúcar e bioenergia. No quadro 2 podemos observar como sua atuação está ramificada pelo país.

Ainda possui fábrica de atomatados, temperos e molhos prontos no estado de São Paulo, processamento de algodão no Mato Grosso, produção de gorduras em Goiás, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo, produção de maionese em Santa Catarina, produção de margarina em Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo e transbordo em Mato Grosso e São Paulo.

A empresa está ramificada pelo país, facilitando seu alcance nacional. A criação da Bunge Brasil é mais uma estratégia da multinacional em nacionalizar-se, buscando uma maior proximidade e identificação com o país em que está atuando.

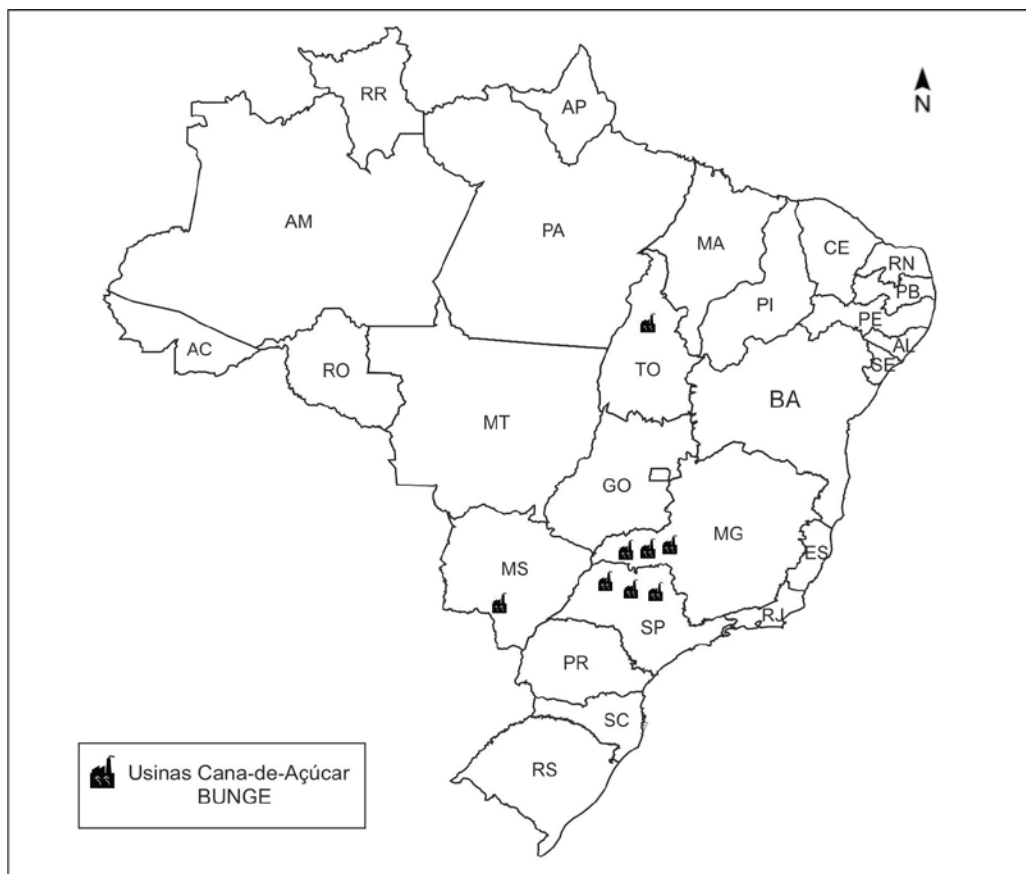
Atuação da Bunge no setor sucroenergético de Minas Gerais

A participação da Bunge no setor sucroenergético teve início no ano de 2006 com a comercialização de açúcar, e em 2007, quando a empresa compra a primeira usina de cana-de-açúcar no Brasil, localizada em Santa Juliana (MG), do qual possui 80% de participação. Além desta, outras duas usinas foram adquiridas pela Bunge no estado, uma em Frutal e outra em Itapagipe.

As usinas adquiridas pela Bunge na região pertenciam ao grupo paulista Moema, que descapitalizado diante a crise de 2008, vendeu suas unidades à multinacional. Segundo dados da revista Exame, a Bunge adquiriu cinco usinas do grupo Moema em 2010, por US\$ 1,5 bi. O negócio foi feito a partir de trocas de ações da Bunge na Bolsa de Nova Iorque pelas do grupo brasileiro. Com o acordo, os acionistas da Moema teriam cerca de 9% de participação mundial na empresa do agronegócio (EXAME, 2010).

Na ocasião, a Moemapar (holding dos empresários Maurílio Biagi Filho, Eduardo Diniz Junqueira e ainda filhos de Armando Junqueira) obteria cerca de dois terços de participação total no grupo de usinas e controlaria 100% da unidade Moema, em Orindiúva-SP; na usina de Frutal, o controle é de 56% e em Itapagipe, de 43,75%. A estratégia da empresa foi manter aquisições e, até 2011, passou a controlar oito usinas em operação e uma em etapa de finalização.

Figura 1: Usinas de cana-de-açúcar da Bunge no Brasil



Fonte: Site da Bunge, 2017.
Org.: CAMPOS, N. L., 2017

As usinas de cana-de-açúcar da Bunge no Brasil estão localizadas nos seguintes estados: Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Tocantins, conforme figura 1. Em Minas Gerais estão as usinas Frutal, Itapagipe e Santa Juliana, em São Paulo as usinas Ouroeste, Guariroba e Moema, em Tocantins a usina Pedro Afonso e em Mato Grosso do Sul a usina Monteverde.

Segundo Gomes (2012), foi em decorrência da crise de 2008 que o Grupo Moema se viu descapitalizado e pressionado pelos seus credores no pagamento das dívidas. Esses fatores contribuíram para as negociações de venda das usinas do Grupo Moema para a multinacional Bunge.

A crise de 2008 desestabilizou o Grupo Moema que havia adquirido financiamento também pelo Banco Mundial. Em virtude deste compromisso, a instituição realizava auditorias ambientais na esfera da segurança do trabalho e recursos humanos para verificação do cumprimento ou negligência das exigências impostas ao grupo Moema, estabelecidas como pré-requisito para grandes empréstimos. Com a probabilidade do grupo não honrar o pagamento do empréstimo, o Banco Mundial exigiu que a cobertura dessa dívida fosse realizada à vista, eliminando o prazo acordado que se estendia entre cinco a dez anos. (GOMES, 2012, p. 90).

A internacionalização que vem ocorrendo no setor sucroenergético é considerada por diversos pesquisadores como uma forma de garantir a sobrevivência dessas usinas que não conseguiram superar as sucessivas crises. O Grupo Moema foi um desses que pressionado para quitar suas dívidas, não encontrou outra saída que não fosse abrir o capital aos investimentos estrangeiros. Segundo Gomes (2012), houve um “arrocho financeiro” que fez com que as instituições financeiras diminuíssem os empréstimos e fossem mais efetivas na cobrança do pagamento das dívidas, sobretudo de grupos e empresários já comprometidos com empréstimos.

Se muitos esperavam que o preço da cana-de-açúcar fosse deslanchar face à projeção expansionista, a crise trouxe o sabor amargo da frustração e o endividamento para alguns. Com a incumbência de solucionar esses entraves e como consequência das condições anteriores, a alternativa tomada pelo grupo Moema foi negociar a venda das agroindústrias canaveiras para a transnacional norte-americana Bunge Ltda. (GOMES, 2012, p. 91).

Desde 2010 quando a Bunge adquire cinco usinas do Grupo Moema, ela se consolida no segmento de açúcar e bioenergia e ainda expande suas operações nas áreas de Fertilizantes, Agronegócio e Logística, Alimentos e Ingredientes, Açúcar e Bioenergia, formando a Bunge Brasil no mesmo ano. Ainda no segmento de açúcar e bioenergia, a multinacional inaugura em 2011 a primeira usina de cana-de-açúcar construída por ela, a usina de Pedro Afonso, no estado do Tocantins.

Desde a compra da Usina Santa Juliana em 2007, a produção de cana-de-açúcar teve um ligeiro avanço no município, impulsionado pela presença da multinacional, passando de cerca de 300 toneladas no início da década de 2000 para 500 mil toneladas em 2007. A tabela 1 ilustra esses dados.

Tabela 1: Produção (Toneladas) de Cana-de-Açúcar no município de Santa Juliana

Ano	Produção (ton.)	Ano	Produção (ton.)
2000	300	2008	1.000.000
2001	300	2009	1.080.000
2002	300	2010	1.070.000
2003	400	2011	1.070.000
2004	72.000	2012	1.463.000
2005	91.000	2013	1.463.000
2006	171.000	2014	884.000
2007	500.000	2015	784.000

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM (IBGE)
Org.: CAMPOS, N. L., 2017.

No município de Frutal, o aumento da produção de cana foi similar, com crescimento no mesmo período, alcançando uma produção de 5.001.040 toneladas em 2015. Vale destacar que os dados de produção de cana-de-açúcar de Frutal estão divididos entre 2 usinas localizadas no município. Além da Usina Frutal pertencente à Bunge, o município conta com a presença da Usina Cerradão, do Grupo Cerradão controlado pela JP Andrade Agropecuária Ltda. e pela Holding Queiroz de Queiroz Ltda., que iniciou suas operações no município em 2006. A tabela 2 mostra o crescimento da produção, que tem uma elevação a partir de 2008 unindo a produção das duas usinas em Frutal.

Tabela 2: Produção (Toneladas) de Cana-de-Açúcar no município de Frutal

Ano	Produção (ton.)	Ano	Produção (ton.)
2000	288.000	2008	2.455.120
2001	416.000	2009	2.455.120
2002	339.600	2010	2.455.120
2003	362.400	2011	2.455.120
2004	562.240	2012	3.825.000
2005	658.240	2013	3.897.000
2006	810.240	2014	5.084.800
2007	810.240	2015	5.001.040

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM (IBGE)
 Org.: CAMPOS, N. L., 2017.

Itapagipe possuía uma produção modesta em relação aos outros municípios, pois não tinha a produção de cana como uma atividade expressiva em suas lavouras até a chegada da usina e da multinacional. Essa produção se elevou com a presença da Bunge em meados de 2010/11, alcançando a produção de quase 1.500.000 de toneladas em 2014.

Tabela 3: Produção (Toneladas) de Cana-de-Açúcar no município de Itapagipe

Ano	Produção (ton.)	Ano	Produção (ton.)
2000	64.000	2008	38.720
2001	72.000	2009	720.000
2002	-	2010	720.000
2003	-	2011	1.520.000
2004	-	2012	1.520.000
2005	-	2013	1.360.000
2006	38.720	2014	1.491.200
2007	38.720	2015	1.276.160

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM (IBGE)
 Org.: CAMPOS, N. L., 2017.

A área plantada das lavouras de cana-de-açúcar nesses municípios também teve uma expansão considerável frente os demais cultivos das lavouras temporárias. Nos municípios de Frutal e Itapagipe os dados são mais expressivos. Em 2015, no município de Frutal, a área plantada com demais cultivos da lavoura temporária era de 81.122 hectares enquanto a de cana alcançou 61.972 hectares. Em Itapagipe, no mesmo período, a área plantada era de 18.562 hectares de lavouras temporárias e 15.952 hectares de cana-de-açúcar, sendo um dos municípios mais afetados pela expansão canavieira, onde o cultivo da cana quase se iguala as demais lavouras temporárias. Os dados são da Produção Agrícola Municipal do IBGE.

Analisando a produtividade desses municípios, percebemos uma pequena queda de produção em 2014 e 2015, sobretudo em Santa Juliana e Itapagipe. A explicação dos produtores também é em decorrência da crise, onde é preciso ter cautela nos investimentos e empréstimos. Muitas usinas justificam o investimento em outras áreas da indústria, sobretudo em tecnologia, não renovando os canaviais que deve ocorrer de 5 em 5 anos, levando a uma queda de produtividade. As condições climáticas também contribuem com essa diminuição, visto que as safras 2014/15 e 2015/16 foram consideradas abaixo das expectativas no país.

Interesses por detrás da internacionalização

Dentre um dos elementos que explica os investimentos estrangeiros no setor sucroenergético brasileiro, está a alta capacidade de produção e diversificação dos produtos das agroindústrias canavieiras, capaz de expandir o capital das multinacionais e torná-las ainda mais consolidadas no setor.

Além de investimento de capital, essas empresas são responsáveis pela transferência de tecnologia estrangeira para o processo de diversificação da indústria de cana-de-açúcar (BENETTI, 2008, p. 9), como a produção de polietileno em Minas Gerais, uma parceria da Santa Elisa com a Dow Chemical na usina de Santa Vitória. A produção de biodiesel e a produção de óleo renovável a partir da cana-de-açúcar já desenvolvido pela Bunge em 2012 “implicam numa diversificação importante da produção industrial a partir da cana e o redesenho da estrutura da indústria e da comercialização de energia no país”. (BENETTI, 2008, p. 9).

Nesse sentido, a Bunge vem se expandindo amparada pelo discurso de alimento e energia como fontes essenciais para a vida, num mundo onde os recursos naturais são cada vez

mais escassos. Ela traz como missão “melhorar a vida, contribuindo para o aumento sustentável da oferta de alimentos e bioenergia, aprimorando a cadeia global de alimentos e do agronegócio”. (Site da Bunge, 2017). Porém, a internacionalização do setor sucroenergético levanta muitas críticas.

A presença do capital internacional alterou diversas estruturas do sistema agropecuário brasileiro, principalmente na produção de algumas *commodities*. Quanto mais cresce a produção de *commodities* no país, cresce também a demanda por terras na expansão da fronteira agrícola e, conseqüentemente, um aumento dos confrontos territoriais. Segundo Sauer (2011, p. 16), “apesar de não ser um fenômeno inédito, o campo brasileiro está vivenciando um novo ciclo de expansão do capital, resultando no avanço das fronteiras, alta dos preços das terras e acirramento dos conflitos fundiários e territoriais”.

A expansão canavieira em Minas Gerais ocasionou um impacto no mercado de terras, sobretudo na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, quando estas foram altamente valorizadas devido aos investimentos agroindustriais. De acordo com a RURALBR (2014, s/p) “no Alto Paranaíba (região de Araxá), (...) e Triângulo (região de Uberlândia) estão as terras de lavouras mais caras do Estado (com preço médio de R\$ 20.291,75 na primeira e R\$ 16.506,60 na segunda região)”. A capacidade produtiva das terras é o principal argumento do aumento do preço, além do crescimento contínuo da demanda por alimentos e matérias-primas agropecuárias no mundo, que sustentou a valorização nos últimos 10 anos.

Sauer (2011) destaca que o crescimento da produção agrícola e, conseqüentemente, das demandas e transações de compra de terras, concentra-se na expansão de oito *commodities*, sendo elas: milho, soja, cana-de-açúcar, arroz, dendê (óleo), canola, girassol e floresta plantada. Destaca que a participação brasileira se dá fundamentalmente nos três primeiros produtos, segundo o Banco Mundial (2010). Esse crescimento está diretamente vinculado à produção de matérias-primas para os agrocombustíveis em função de uma crescente procura por fontes alternativas de energia (SAUER, 2011, p. 16). O autor aponta que parte significativa dos investimentos estrangeiros no Brasil, inclusive na compra de terras, são financiados com recursos públicos, especialmente oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO) e estão sendo destinados principalmente à expansão do cultivo de cana, para a produção de etanol (no Cerrado de Goiás, Mato Grosso do Sul e Triângulo Mineiro) (SAUER, 2011, p. 17).

Assim, podemos afirmar que o interesse internacional por *commodities* têm provocado um aumento dos preços das terras no Brasil e conseqüentemente acirrado as disputas territoriais, afetando as políticas fundiárias brasileiras.

Considerações

As crises financeiras atingem diversos setores econômicos do país, deixando-os fragilizados. É nesse contexto econômico que o capital externo aproveita para adentrar nos países que se encontram descapitalizados e com dívidas acumuladas. A presença das multinacionais, como a Bunge, demonstrada no texto, provoca uma série de efeitos no país. O agronegócio brasileiro que presenciamos atualmente é marcado pela integração de capitais (nacional e internacional) e a incorporação de grupos estrangeiros que promovem um aumento da produção de cana-de-açúcar a partir de investimentos tecnológicos, diversificando a estrutura industrial e alavancando o mercado externo de biocombustíveis – somados a um movimento de centralização patrimonial e de associação com o capitalismo estrangeiro; e tudo isso parecendo fazer parte de uma estratégia governamental de apoio à reestruturação da indústria de cana-de-açúcar, como aponta Benetti (2008) ao discutir a internacionalização da indústria de etanol.

Há ainda o interesse global por terras, que associado à demanda mundial por *commodities* agrícolas e não agrícolas e à valorização dessas no mercado internacional, têm provocado uma elevação dos preços. Não é necessariamente de interesse das empresas transnacionais a aquisição de terras. Elas atuam fornecendo os insumos, as sementes, o adubo, as máquinas, o dinheiro e cabe ao proprietário da terra realizar a produção de acordo com a lógica do capital internacional que controla o mercado. Do outro lado, exigem que o produtor entregue a produção e impõem o preço do produto. Além dos impactos no preço da terra, a produção de agrocombustíveis, dá maneira como ocorre, ameaça à biodiversidade, entre outras conseqüências negativas a população.

Nossa intenção, foi demonstrar que a expansão do capital externo, sobretudo naquelas atividades ligadas ao controle da terra, como o agronegócio, representa mais uma das estratégias de reprodução ampliada do capital refletindo, assim, sua necessidade em sua lógica expansionista de incorporar novos territórios. Esses capitais associados às transnacionais e aos grandes proprietários de terras dominam a agricultura no Brasil, modificam a estrutura e

impõem um modelo altamente tecnológico na produção, o que pode trazer prejuízos, sobretudo aos pequenos produtores, dificultando o acesso à terra. Por trás dessa expansão temos o Estado brasileiro agindo a favor do agronegócio através de incentivos e políticas públicas, amparando o setor frente as crises econômicas.

Referências Bibliográficas

AS PRINCIPAIS empresas que controlam a agricultura no Brasil – 2015. Revista especial as 1000 maiores empresas que atuam no Brasil. **Jornal Valor Econômico**. Ago., 2015.

BENNETI, M. D. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 1-12, 2009.

BORGES, A. C. G; COSTA, V. M. H. M. Fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro pós desregulamentação. In: XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção. **Anais...** Salvador, 2009.

BUNGE adquire 5 usinas do Grupo Moema por US\$ 1,5 bi. **Revista EXAME**. Out., 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/bunge-adquire-5-usinas-grupo-moema-us-1-5-bi-522279/>>. Acesso em: maio de 2017.

CAMPOS, N. L., **Redes do agronegócio canavieiro: a territorialização do Grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2014.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRSG Editora, 2012.

GRUPO Infinity, com 4 usinas, tem falência decretada pela justiça. **NovaCana**. Jul. 2017. Disponível em: <<https://www.novacana.com/n/industria/usinas/grupo-infinity-4-usinas-falencia-decretada-justica-130717/>>. Acesso em: agosto de 2017.

GUIMARÃES, S. P. Capital nacional e capital estrangeiro. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 39, vol. 14, maio-ago.2009.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE**. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SILVA, E. R.; RUEDIGER, M. A.; RICCIO, V. **A Internacionalização do Agronegócio Brasileiro: Gradualismo, Aprendizagem e Redução dos Custos de Transação.** In: XXXI Encontro da ANPAD, Anais... ANPAD, Rio de Janeiro, 2007, p. 1-14.

SOUZA, A. G. **A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal – MG.** 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2012.

VENCOVSKY, V. P. Setor sucroenergético: a emergência de um novo período. In: BENRARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUZZO, R. C. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético.** Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2013. p. 51-62.

XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L. A crise econômica mundial e a dívida do agronegócio canavieiro. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos,** São Paulo, 2012.